

Sumário

■ LÍNGUA PORTUGUESA 55

Duda Nogueira

Parte I – Edital Sistematizado

1. Apresentação.....	57
2. Edital Sistematizado.....	58

Parte II – Fonologia

Capítulo 1 – Ortografia	59
1. Introdução	59
2. O alfabeto	59
3. Emprego das letras K, W e Y	59
4. Emprego de X e CH.....	60
4.1. Emprega-se o X.....	60
4.2. Emprega-se o dígrafo CH	60
5. Emprega-se o G.....	60
6. Emprega-se o J.....	61
7. Emprego das letras S e Z	61
7.1. Emprega-se o S.....	61
7.2. Emprega-se o Z.....	61
8. Emprego de S, Ç, X e dos dígrafos SC, SÇ, SS, XC, XS.....	62
8.1. Emprega-se o S	62
8.2. Emprega-se Ç	62
8.3. Emprega-se o X.....	62
8.4. Emprega-se SC.....	62
8.5. Emprega-se SÇ	63
8.6. Emprega-se SS.....	63
8.7. Emprega-se o XC e o XS	63
9. Emprego das letras E e I.....	63
9.1. Emprega-se o E	63
9.2. Emprega-se o I	64
10. Emprego das letras O e U	64
11. Emprego da letra H.....	64
11.1. Emprega-se o H	64

12. Em concursos.....	65
12.1. Emprego dos porquês.....	65
12.2. Mal e mau	65
12.3. Viagem e viajem	65
12.4. Cessão, sessão e secção (ou seccão).....	66
12.5. Onde e aonde.....	66
12.6. Se não e senão	66
12.7. Tão pouco e tampouco	66
12.8. De encontro a e ao encontro de	66
12.9. Em vez de e ao invés de	66
12.10. Acerca de, a cerca de e há cerca de	67
12.11. Mas e mais	67
12.12. A fim e afim	67
12.13. Se quer e sequer.....	67

Capítulo 2 – Semântica 69

1. INTRODUÇÃO	69
2. Sinonímia	69
3. Antonímia	69
4. Homonímia.....	69
4.1. Homógrafas.....	69
4.2. Homófonas	70
4.3. Perfeitas – homófonas e homógrafas	70
5. Paronímia	70
6. Polissemia	70
7. Conotação e Denotação	70
7.1. Conotação	70
7.2. Denotação	70
8. Ambiguidade.....	70

Capítulo 3 – Acentuação 73

1. Introdução	73
2. Regras de acentuação gráfica.....	73
2.1. Proparoxítonas.....	73
2.2. Paroxítonas.....	73
2.2.1. Observações	74
2.3. Oxítonas	74
2.4. Monossílabos.....	74
2.4.1. Monossílabos Tônicos	74
2.4.2. Monossílabos Átonos.....	75
2.4.3. Observações	75
2.5. Regras Especiais.....	75
2.5.1. Ditongos abertos	75
2.5.2. Hiatos	76
2.5.3. Verbos TER e VIR	76

Capítulo 4 – Reforma Ortográfica	77
1. Mudanças no alfabeto.....	77
2. Trema.....	77
3. Mudanças nas regras de acentuação.....	77
4. Uso do hífen com compostos	79
5. Uso do hífen com prefixos	79
5.1. Casos particulares.....	80
5.2. Outros casos do uso do hífen	81
 Parte III – Morfologia	
Capítulo 1 – Processos de formação das palavras.....	83
1. Derivação	83
1.1. Derivação Prefixal	83
1.2. Derivação Sufixal.....	83
1.3. Derivação Prefixal e Sufixal.....	83
1.4. Derivação Parassintética.....	83
1.5. Derivação Regressiva.....	83
1.6. Derivação Imprópria	83
2. Composição	84
2.1. Composição por justaposição.....	84
2.2. Composição por aglutinação	84
Capítulo 2 – Substantivo	85
1. Definição	85
2. Classificação do Substantivo.....	85
2.1. Substantivos Comuns e Próprios	85
2.2. Substantivos Concretos e Abstratos	85
2.2.1. Em Concursos.....	85
3. Formação do Substantivo	86
3.1. Substantivos Simples e Compostos	86
3.2. Substantivos Primitivos e Derivados.....	86
4. Flexão do Substantivo	86
4.1. Flexão de Número do substantivo.....	86
4.1.1. Plural dos Substantivos Simples.....	86
4.1.2. Plural dos Substantivos Compostos.....	87
4.1.3. Plural das Palavras Substantivadas.....	88
4.1.4. Plural dos Diminutivos.....	88
Capítulo 3 – Adjetivo	89
1. Definição	89
2. Classificação do adjetivo	89
3. Formação do adjetivo.....	89
3.1. Simples e Composto	89
3.2. Primitivo e Derivado	89

4.	Adjetivo pátrio	89
5.	Locução adjetiva.....	90
6.	Flexões do adjetivo.....	90
6.1.	Flexão de gênero.....	90
6.1.1.	Adjetivos Uniformes e Biformes	90
6.2.	Flexão de Número.....	90
6.2.1.	Plural dos Adjetivos Simples.....	90
6.2.2.	Plural dos Adjetivos Compostos.....	91
6.3.	Flexão de Grau	91
6.3.1.	Grau comparativo.....	91
6.3.2.	Grau superlativo.....	91
Capítulo 4 – Artigo.....		93
1.	Definição	93
2	Classificação do artigo	93
3.	Combinação do artigo	93
4.	Emprego do artigo	93
Capítulo 5 – Numeral.....		97
1.	Definição	97
2.	Classificação do numeral.....	97
3.	Leitura dos numerais	98
4.	Emprego dos numerais.....	98
Capítulo 6 – Pronome		101
1.	Introdução	101
2.	Definição	101
3.	Pronome adjetivo e substantivo.....	101
4.	Classificação dos pronomes.....	101
4.1.	Pronome pessoal.....	101
4.1.1.	Em Concursos.....	102
4.1.2.	Emprego dos Pronomes Pessoais	102
4.2.	Pronomes de tratamento	103
4.2.1.	Em concursos	107
4.3.	Pronome possessivo	107
4.3.1.	Morfossintaxe do Pronome Possessivo	107
4.3.2.	Em Concursos.....	108
4.4.	Pronome Demonstrativo	108
4.4.1.	Emprego do Pronome Demonstrativo.....	108
4.5.	Pronome Relativo.....	109
4.5.1.	Emprego do Pronome Relativo	109
4.6.	Pronome Indefinido.....	111
4.6.1.	Em concursos	111
4.7.	Pronome Interrogativo	112

5.	Colocação Pronominal	112
6.	Próclise.....	112
7.	Mesóclise.....	112
8.	Ênclide.....	113
9.	Em locuções verbais.....	113
Capítulo 7 – Verbo.....		115
1.	Introdução	115
2.	Definição	115
3.	Classificação verbal	115
3.1.	Defectivos.....	115
3.2.	Abundantes.....	116
3.3.	Anômalos.....	117
3.4.	Auxiliares.....	117
3.5.	Pronominais.....	118
4.	Modo verbal.....	118
4.1.	Formas Nominais	118
5.	TempoS verbalS	119
5.1.	Tempos Primitivos	119
5.2.	Tempos Derivados do Presente do Indicativo	120
5.3.	Tempos Derivados do Pretérito Perfeito do Indicativo	121
5.4.	Tempos Derivados do Infinitivo Impessoal	122
5.5.	Tempos Compostos.....	123
6.	Aspecto verbal	124
7.	Infinitivo pessoal e impessoal.....	125
7.1.	Emprego do Infinitivo impessoal	125
7.2.	Emprego do Infinitivo pessoal	126
8.	Voz verbal.....	126
8.1.	Voz Ativa.....	127
8.2.	Voz Passiva.....	127
8.2.1.	Passiva Analítica	127
8.2.2.	Passiva Sintética	127
Capítulo 8 – Advérbio		129
1.	Introdução	129
2.	Definição	129
3.	Flexão do advérbio	129
4.	Classificação do advérbio.....	129
4.1.	Advérbio e locução adverbial.....	129
4.2.	Lista dos principais Advérbios, Locuções Adverbiais e Palavras Denotativas.....	130
4.3.	Em concursos	131
Capítulo 9 – Conjunção		133
1.	Definição	133
2.	Classificação	133

Capítulo 10 – Preposição.....	135
1. Introdução	135
2. Definição	135
3. Classificação das preposições.....	135
4. Locução prepositiva	136
5. Relações das preposições.....	136
Capítulo 11 – Interjeição	139
1. Definição	139
2. Funções.....	139
3. Formação	139
4. Classificação	139

Parte IV – Sintaxe

Capítulo 1 – Termos Essenciais da Oração.....	141
1. Introdução	141
2. Definição	141
3. Sintaxe de oração – termos essenciais.....	141
3.1. Frase, oração e período.....	141
3.1.1. Frase.....	141
3.1.2. Oração.....	142
3.1.3. Período	142
3.2. Termos essenciais da oração.....	142
3.2.1. Sujeito	142
3.2.2. Predicado.....	144
Capítulo 2 – Termos Integrantes da Oração	147
1. Introdução	147
2. Objeto direto	147
2.1. Em concursos	147
2.2. Objeto direto preposicionado.....	148
2.3. Objeto direto pleonástico	148
3. Objeto indireto.....	148
3.1. Objeto indireto pleonástico	149
4. Morfossintaxe dos complementos verbais.....	149
5. Agente da passiva	149
5.1. Em concursos	150
5.2. Morfossintaxe do agente da passiva.....	150
6. Complemento nominal.....	151
6.1. Morfossintaxe do complemento nominal	151
7. Diferença entre Complemento Nominal e Objeto Indireto.....	152
8. Diferença entre Complemento Nominal e Agente da Passiva.....	152
9. Diferença entre Complemento Nominal e Adjunto Adnominal	153

Capítulo 3 – Termos Acessórios da Oração	155
1. Introdução	155
2. Adjunto adnominal	155
2.1. Morfossintaxe do adjunto adnominal	155
2.2. Em concursos	155
3. Adjunto adverbial	156
3.1. Diferença entre adjunto adverbial e predicativo.....	156
3.2. Classificação do adjunto adverbial.....	156
3.3. Morfossintaxe do adjunto adverbial.....	157
4. Aposto	157
4.1. Morfossintaxe do aposto.....	158
4.2. Classificação do aposto.....	158
4.3. Em concursos	158
5. Vocativo	158
5.1. Morfossintaxe do vocativo	159
Capítulo 4 – Período Composto	161
1. Introdução	161
2. Conceitos.....	161
3. Coordenação.....	161
3.1. Assindéticas	161
3.2. Sindéticas.....	162
3.3. Em concursos	162
4. Subordinação	163
4.1. Introdução	163
4.2. Subordinada substantiva	163
4.2.1. Em concursos	164
4.3. Subordinada adjetiva	164
4.3.1. Classificação das subordinadas adjetivas	165
4.3.2. Em concursos	165
4.3.3. Funções sintáticas do pronome relativo	165
4.4. Subordinada adverbial.....	166
4.4.1. Classificação.....	166
4.4.2. Em concursos	167
4.5. Orações reduzidas	168
4.5.1. Classificação.....	168
Capítulo 5 – Concordância.....	171
1. Introdução	171
2. Concordância verbal	171
2.1. Casos particulares.....	171
2.2. Sujeito composto	173
2.2.1. Casos particulares.....	173
2.2.2. Verbo + SE	174

2.3. Verbo SER.....	174
2.4. Verbo PARECER.....	175
2.5. Haja vista.....	175
3. Concordância nominal.....	175
3.1. Casos particulares.....	176
Capítulo 6 – Regência	179
1. Introdução	179
2. Regência verbal	179
2.1. Verbos que apresentam uso popular em desacordo com a norma culta	179
2.2. Verbos que possuem mais de uma regência	180
2.3. Lista de verbos notáveis	181
3. Regência nominal	182
Capítulo 7 – Crase.....	183
1. Introdução	183
2. Regra geral.....	183
3. Casos em que sempre haverá crase	184
4. Diante de nomes de lugar.....	184
5. Diante de pronome demonstrativo.....	185
6. Com pronome relativo	185
7. Com pronome demonstrativo.....	186
8. Antes da palavra distância.....	186
9. Crase facultativa	186
10. Não se usa crase.....	186
Capítulo 8 – Pontuação.....	189
1. Introdução	189
2. Vírgula	189
2.1. Vírgula no interior da oração	189
2.2. Vírgula entre as orações.....	191
3. Ponto e vírgula	191
4. Dois-pontos.....	192
5. Ponto final.....	192
6. Ponto de interrogação.....	192
7. Ponto de exclamação.....	192
8. Reticências.....	192
9. Parênteses.....	193
10. Travessão	193
11. Aspas.....	193
12. Colchetes.....	194
13. Asterisco	194

Parte V – Coesão, Coerência e Reescrita de Frases

Capítulo 1 – Coesão, Coerência e Reescrita de Frases	195
1. Introdução	195
2. Coesão referencial.....	195
3. Coesão sequencial	196
3.1. Paráfrase.....	197
3.2. Perífrase.....	197
4. Tipos de incoerência	197
5. Estudo dos vocábulos QUE, SE e COMO	198
5.1. A palavra QUE.....	198
5.1.1. Funções Sintáticas da palavra QUE	198
5.2. A palavra SE.....	200
5.3. A palavra COMO	201

Parte VI – Interpretação de Texto

Capítulo 1 – Interpretação de Texto	203
1. Introdução	203
2. Tipologia textual.....	204
3. Gêneros textuais.....	205
3.1. Gêneros literários	206
3.2. Gêneros dramáticos	206
3.3. Gêneros líricos.....	206
4. Dicas para interpretar	207
5. Argumentação	207
5.1. Argumentação por citação.....	207
5.2. Argumentação por comprovação.....	208
5.3. Argumentação por raciocínio lógico	208
6. Pressupostos e subentendidos	208
6.1. Pressupostos.....	209
6.2. Subentendidos.....	209
7. Níveis de linguagem	210
Nível 1: Norma culta/padrão.....	210
Nível 2: Linguagem coloquial/informal/popular.....	210
Nível 3: Linguagem regional/regionalismo	211
Nível 4: Gírias	211
Nível 5: Linguagem vulgar	211
8. Discurso direto e indireto	211
Referências	213
CONTEÚDO GRAMATICAL	213
DICIONÁRIOS	214
SITES – TEORIA E DICIONÁRIO	215

■ RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO 217*Marcelo Sbicca*

Editorial Sistematizado.....	219
1. LÓGICA PROPOSICIONAL	220
1.1. Proposições	220
1.2. Valores lógicos	221
1.3. Conectivos.....	222
1.3.1. Conjunção “e”.....	222
1.3.2. Disjunção “ou”.....	223
1.3.3. Condicional “implicação”.....	224
1.3.4. Bicondicional.....	227
1.3.5. Resumo Esquematizado.....	227
2. RELAÇÕES PROPOSIACIONAIS.....	228
2.1. Negação das proposições	228
2.1.1. Negação da conjunção	228
2.1.2. Negação da disjunção	229
2.1.3. Negação da condicional	229
2.2. Equivalência das proposições	230
2.2.1. Equivalência da bicondicional	230
2.2.2. Equivalência da condicional	230
3. RACIOCÍNIO VERBAL.....	231
3.1. Argumento	231
3.2. Proposições categóricas	232
3.2.1. Proposição “Todo”	232
3.2.2. Proposição “Algum”	234
3.2.3. Proposição “Nenhum”	235
3.2.4. Equivalência das proposições categóricas	236
3.2.5. Negação das proposições categóricas	236
3.3. Estruturas lógicas	237
4. CORRELACIONAMENTO LÓGICO	239
4.1. Ordenação	239
4.2. Dedução	241
4.3. Hipóteses	243
5. RACIOCÍNIO MATEMÁTICO.....	244
5.1. Números e operações	244
5.2. Equações e sistemas de equações	246
5.3. Múltiplos e divisores	246
5.4. Problemas algébricos	248
6. CONJUNTOS	249
6.1. Conjuntos – Problemas lógicos	249
6.2. Conjuntos	250
6.2.1. Relação de pertinência	251
6.2.2. Relação entre conjuntos – Inclusão	251

6.3. Operações com conjuntos.....	253
7. PROPORCIONALIDADE.....	254
7.1. Relação diretamente proporcional.....	254
7.2. Relação inversamente proporcional	254
7.3. Razão e proporção.....	256
7.4. Porcentagem	257
7.5. Juros.....	258
8. UNIDADES DE MEDIDA	260
8.1. Tempo	260
8.2. Massa.....	262
8.3. Distância.....	262
8.4. Velocidade	263
9. PLANO CARTESIANO.....	264
10. GEOMETRIA BÁSICA	267
10.1. Formas geométricas.....	267
10.2. Perímetro	267
10.4. Volume das figuras espaciais.....	269
10.5. Ângulos.....	271
11. SEQUÊNCIAS	272
11.1. Progressão aritmética – PA	274
11.2. Progressão geométrica – PG.....	274
12. ANÁLISE COMBINATÓRIA	275
12.1. Permutação	278
13. PROBABILIDADE	278
13.1. Noções de probabilidade.....	278
■ ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	281
<i>Plínio Marcos Prudente Rocha</i>	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	283
1. O ministério público na constituição federal de 1988: princípios, garantias, vedações, estrutura e funções institucionais	283
Funções institucionais do ministério público (art. 129, da CF/88)	285
2. Conselho nacional do ministério público – CNMP: Natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as instituições controladas	286
3. Procedimento investigatório criminal: instauração e tramitação, no âmbito do MPRJ (Resolução GPGJ 1.678/2011)	287
4. Resolução CNMP 181/2017	290
5. Inquérito civil público, procedimento preparatório, termo de ajustamento de conduta e ação civil pública, no âmbito do MPRJ (Resolução nº GPGJ 2.227/2018)	294
6. Resolução CNMP nº 23/2007	304
7. Resolução CNMP nºº 164/2007	307
8. Resolução CNMP nºº 174/2017	308
Tramitação/instrução da Notícia de fato	308

9.	Organização do Ministério Público: Lei nº 8.625/93	309
	Características/finalidades do Ministério Público (art. 1º).....	309
	Órgãos de administração	311
	Procuradoria-Geral de Justiça (art. 9º).....	311
10.	Lei complementar estadual nº 106/03 e suas alterações	320
	Dos órgãos de administração	322
	Dos órgãos de administração da procuradoria-geral de justiça	322
	Dos órgãos e serviços auxiliares	336
	Do estatuto dos membros do ministério público	338
	Do provimento originário	338
	Do provimento derivado	341
	Dos vencimentos, vantagens e direitos	345
11.	Lei Estadual nº 5.891/2011 (Dispõe sobre o quadro permanente dos serviços auxiliares do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro)	352
	Dos cargos de provimento efetivo.....	352
	Dos cargos de provimento em comissão e das funções gratificadas.....	355
	Da remuneração e vantagens.....	356
	Da remuneração dos cargos de provimento em comissão	357
12.	rotina e funcionamento das secretarias das promotorias de justiça (Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 11/2012).....	359
13.	REsolução GPGJ nº 1.778.....	360
14.	Lei Estadual do Rio de Janeiro nº 7956/18.....	362
15.	Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto-lei nº 220, de 18 de julho de 1975) e Decreto 2479/79	362
	Do Provimento, do Exercício e da Vacância	362
	Provimento = preenchimento do cargo público	363
16.	Resolução GPGJ nº 2.126, de 14 de junho de 2017. Dispõe sobre o modelo de governança do planejamento estratégico do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.	375
	Plano Estratégico do MPRJ	381
17.	Resolução GPGJ nº 2.145, de 29 de agosto de 2017. Reestrutura a Secretaria-Geral do Ministério Público e dá outras Providências.....	382
18.	Resolução GPGJ nº 2.198, de 12 de abril de 2018. Dispõe sobre o fornecimento de cópias, impressões e mídias de armazenamento e sobre a autenticação de documentos, processos e procedimentos no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.....	384
19.	Resolução GPGJ nº 2.273, de 31 de janeiro de 2019. Dispõe sobre a Estrutura Orgânica da Procuradoria-geral de Justiça e dá outras Providências.	386
20.	Portaria SGMP nº 421, de 27 de julho de 2018. Dispõe sobre a gestão de materiais de consumo no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.	388
	Conceitos (art. 2º)	388
	Gestão dos Materiais pela Gerência de Almoxarifado	388
	Gestão dos Materiais pelos Usuários	391
21.	Portaria SGMP nº 560, de 29 de outubro de 2018. Dispõe sobre a gestão de bens permanentes no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.....	394

■ NOÇÕES DE INFORMÁTICA	403
<i>Emannuelle Gouveia</i>	
Capítulo I	407
1.1. Sistema operacional Windows 10 pro: manipulação de janelas, programas e arquivos; telas de controle e menus típicos; mecanismos de ajuda; mecanismos de busca)....	407
1.2. Arquivos digitais: documentos, planilhas, imagens, sons, vídeos; principais padrões e características. Arquivos PDF;.....	417
Capítulo II	421
2.1. Editores de texto: formatação, configuração de páginas, impressão, títulos, fontes, tabelas, corretores ortográficos, manipulação de figuras, cabeçalhos, rodapés, anotações e outras funcionalidades de formatação. Comandos de localização e substituição. Manipulação de arquivos: leitura e gravação; controle de alterações; uso de senhas para proteção. Formatos para gravação. Inserção de objetos. Macros. Impressão. Criação e manipulação de formulários. Integração com planilhas. MS Word 2010 BR ou superior.	421
2.1.1. WORD 2010.....	421
2.1.2: Planilhas	431
2.1.2 – Excel 2010	431
– Principais Funções do Excel	436
2.4 – Teclas de atalho do Word	442
2.5 – Principais teclas de atalho do Excel.....	445
Capítulo III	447
1 – Internet: conceitos gerais e funcionamento. Endereçamento de recursos.....	447
2. Navegadores (browsers) e suas principais funções. Sites e links; mecanismos de busca na internet; Transferência de arquivos e dados: upload, download, banda, velocidades de transmissão.	449
Capítulo IV	455
1. Segurança da informação	455
Procedimentos de segurança	455
2. Noções de vírus, worms e pragas virtuais	455
3. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware etc.)	456
■ TUTELA COLETIVA	459
<i>Prof. Luciano Alves Rossato</i>	
EDITAL.....	461
1. Direitos meta individuais. Direitos e interesses homogêneos, coletivos e difusos	462
1.1. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	462
1.2. Direitos essencialmente e accidentalmente coletivos	462
2. Legitimados coletivos.....	462
3. Instrumentos extrajudiciais coletivos.	462
4. Processo coletivo. Integração normativa. Constituição Federal, leis especiais e o Novo Código de Processo Civil;	464

5.	Ação Civil Pública. Tutela Preventiva. Tutela cautelar.....	466
5.1.	Denominação.....	466
18.2.3.	Dos entes legitimados	466
5.2.	Coisa julgada	467
5.3.	Execução e cumprimento de sentença.....	467
5.4.	Tutela Preventiva. Tutela Cautelar	468
6.	Mandado de segurança.	469
6.1.	Conceito	469
6.2.	A autoridade apontada como coatora	469
6.3.	O direito líquido e certo como requisito específico de admissibilidade	469
6.4.	Vedaçāo da utilização do mandado de segurança	470
6.5.	Vedaçāo da concessão de liminar	470
6.6.	Sentença proferida no mandado de segurança	470
6.7.	Coisa julgada e Cumprimento de Sentença.....	470
6.8.	Mandado de Segurança Coletivo.....	470
7.	Mandado de injunção.	471
8.	Ação popular.	472
8.1.	Definição	472
	Legitimação para a propositura da ação popular	472
8.2.	Polo passivo	473
8.3.	Do Procedimento da Ação Popular	473
8.4.	Da Sentença na Ação Popular	474
8.5.	Da Coisa Julgada	474
8.6.	Remessa Necessária	474
9.	Ação civil pública por ato de improbidade administrativa;	474
10.	Inquérito Civil. Resolução CNMP 23/2007 e alterações;	475
11.	Auto composição. Resolução CNMP 118/2014. Lei Nacional de Mediação e o Novo Código de Processo Civil. Meios alternativos de composição dos conflitos coletivos.	476
11.1.	Resolução CNMP 118/2014	476
11.2.	Lei Nacional de Mediação e o Novo Código de Processo Civil	477
11.2.1.	Conceito:	477
11.2.2.	Princípios:	477
11.2.3.	Objeto	477
11.2.4.	Mediador.....	477
11.2.5.	Autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público.....	478
11.3.	Novo CPC: sistema multiportas de solução de disputas (Multi-door Couthouse)	479
11.4.	Meios Alternativos de Composição dos Conflitos Alternativos	479
12.	Improbidade administrativa.	480
12.1.	Aspectos de direito material	480
12.2.	Legitimidade.....	481
12.3.	Procedimento de Improbidade Administrativa	481
	A impossibilidade de celebrar transação em ação de improbidade administrativa	482
12.4.	Sequestro e Arresto de Bens	482

12.5. Afastamento Provisório	482
12.6. Indisponibilidade de Bens	483
12.7. Prevenção do Juízo.....	483
12.8. Da Sentença	483
13. Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/13);	485
14. Tutela Coletiva da Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Princípios e Características. Serviços, Programas, Projetos e Benefícios.....	486
14.1. Previsão Constitucional	486
14.2. Sistema Único de Assistência Social (Lei nº 8.742/1993).	487
14.3. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.	488
15. Tutela Coletiva da Saúde. Sistema Único de Saúde (SUS). Princípios. Diretrizes. Gestão do SUS;	488
15.1. Sistema Único de Saúde	488
15.2. Legitimidade do Ministério Público	489
15.2. Tese/Repercussão Geral – RE 855178.	490
15.3. Tese/Repercussão Geral – (RE 657718):....	490
15.4. Tema/Repetitivo 106, STJ.	490
15.5. Enunciados – Saúde Pública	491
ENUNCIADOS DA I E II JORNADA DE DIREITO DA SAÚDE – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. MATÉRIA PROCESSUAL RELATIVA À SAÚDE PÚBLICA.....	491
ENUNCIADO Nº 2	491
ENUNCIADO Nº 3	491
ENUNCIADO Nº 4	491
ENUNCIADO Nº 5	491
ENUNCIADO Nº 6	491
ENUNCIADO Nº 7	491
ENUNCIADO Nº 8	492
ENUNCIADO Nº 9	492
16 . Tutela Coletiva do Ambiente. Lei Nacional de Saneamento Básico. Lei de Resíduos Sólidos; Tutela Coletiva Urbanística. Estatuto das Cidades. Estatuto da Metrópole. Plano Diretor; Tutela Coletiva do Patrimônio Histórico-cultural: Regime legal para proteção dos bens de natureza material e imaterial de valor histórico, artístico, cultural, turístico, paisagístico, arqueológico e paisagens naturais notáveis	492
16.1. Tutela coletiva do ambiente	492
16.2. Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007).	496
16.3. Lei de Resíduos Sólidos.....	498
16.4. Tutela Coletiva Urbanística. Estatuto das Cidades.	498
#Visão do especialista.....	498
Instrumentos para compelir o proprietário a promover o adequado aproveitamento do solo urbano.....	499
Usucapião especial de imóveis urbanos individual.....	499
Requisitos.....	499
16.5. Estatuto da Metrópole	500
16.6. Plano Diretor.....	503

16.7. Tutela Coletiva do Patrimônio Histórico-cultural: Regime legal para proteção dos bens de natureza material e imaterial de valor histórico, artístico, cultural, turístico, paisagístico, arqueológico e paisagens naturais notáveis	504
17. Tutela Coletiva Consumerista. Defesa do contribuinte. Princípios;	505
18. Tutela Coletiva do Idoso. Critério etário para fixação de direitos. Conceito de Idoso; Tutela Coletiva Especializada.	506
18.1. Definição.....	506
18.2. Dever Jurídico	506
18.3. Direitos aos Alimentos	508
18.4. Profissionalização e Trabalho.....	508
18.5. Benefício Assistencial	508
18.6. Moradia Digna.....	509
18.7. Direito ao Transporte.....	509
18.8. Medidas de Proteção	510
18.9. Atribuições do Ministério Públco.....	510
19. Direito de Pessoas com Deficiência. Estatuto da Pessoa com Deficiência -Lei nº 13.146/2015...	511
19.1. Sistema Normativo Regulador	511
19.2 Estatuto da Pessoa com Deficiência	511
19.2.1. Definições.....	511
19.2.7. Do Direito a Vida	513
19.2.8. Do Direito à Habilitação e à Reabilitação.....	513
19.2.9. Do Direito à Saúde.....	514
19.2.10. Do Direito à Educação.....	515
19.2.11. Do Direito à Moradia	517
19.2.12. Do Direito Ao Trabalho	517
19.2.13. Do Direito à Assistência Social	518
19.2.14. Do Direito à Previdência Social.....	519
19.2.15. Do Direito à Cultura, ao Esporte, ao Turismo e ao Lazer.....	520
19.2.16. Do Direito ao Transporte e à Mobilidade	520
19.3. Da Acessibilidade.....	521
19.3.1. Noções Gerais.....	521
19.2. Do Acesso À Informação E À Comunicação	522
19.3. Da Tecnologia Assistiva.....	523
19.4. Do Direito à Participação na Vida Pública e Política	523
19.5. Da Ciência e Tecnologia.....	524
19.6. Do Acesso à Justiça	525
19.7. Dos Crimes e das Infrações Administrativas.....	526
19.8. Do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão) ..	527
19.9. Do Comparecimento de Pessoa com Deficiência Perante os Órgãos Públcos.....	527
19.10;Política Nacional	528
19.10.1. Disposições Gerais.....	528
19.10.2. Objetivos.....	528
19.11.Equiparação de oportunidades	528
19.11.1. Acesso à educação	528
19.11.2. Acesso ao trabalho	529

DIREITO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE.....	531
<i>Luciano Alves Rossato e Paulo Eduardo Lépore</i>	
1. Conceitos e princípios do Direito da Infância e Juventude	533
1.1. Fases tratamento legal da infância no Brasil.	533
1.2. A Constituição Federal	534
1.2.1. Alteração de Paradigma	534
1.2.2. Declaração de Direitos.....	534
1.2.3. Criança, Adolescente e Jovem	534
1.2.4. Prioridade absoluta.....	536
1.2.5. Programas de Assistência Integral	536
1.2.6. Direito à Proteção Especial.....	536
1.2.7. Punição do abuso, violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.....	538
1.2.8. O Procedimento de Adoção	539
1.2.9. Equiparação dos filhos	539
1.2.10. O Atendimento da Infância inserido na Assistência Social.....	539
1.2.11. O art. 228 da Constituição Federal	539
1.2.12. Aplicação excepcional do Estatuto àqueles que tiverem entre 18 – 21 anos	540
1.2.13. Ato Infracional	540
1.3. Estatuto da Criança e do Adolescente.....	540
1.3.1. Estrutura do Estatuto (Lei n. 8.069/1990).....	540
1.3.2. Disposições Preliminares	540
1.3.3. Lei nº 13.431/2017.....	540
2. Direito da criança e do adolescente: doutrinas jurídicas de proteção – doutrina da situação irregular e doutrina da proteção integral; princípio da prioridade absoluta; princípio do melhor interesse para a criança e o adolescente	541
2.1. Doutrinas da situação irregular e da proteção integral	541
2.2. Princípios do Direito da Criança	542
3. Lei nº 12.010/2009; Poder familiar. Guarda, tutela e adoção.....	543
3.1. Família natural e família extensa	543
3.2. Perda do poder familiar	543
3.3. Família substituta: guarda, tutela, adoção.....	544
3.3.1. Observações gerais	544
3.3.2. Guarda	544
3.3.3. Tutela	544
3.3.4. Adoção.....	544
3.4. Da entrega voluntária da criança para adoção	546
3.5. Apadrinhamento	547
3.6. Acolhimento institucional	547
3.7. Acolhimento familiar	547
4. A Justiça da Infância e da Juventude: aspectos processuais e procedimentos especiais; recursos.....	547

4.1.	Competência da Vara da Infância e da Juventude	547
4.2.	Competência territorial	547
4.3.	Procedimentos	548
4.4.	Dos Recursos.....	552
5.	Ato infracional: medidas socioeducativas, remissão; direitos individuais; proteção judicial aos interesses individuais; garantias processuais.....	552
5.1.	Inimputabilidade penal	552
5.2.	Prática e conceito de ato infracional	553
5.3.	Direitos individuais e garantias processuais	553
5.4.	Medidas socioeducativas.....	554
5.5.	Medidas que acarretam a restrição da liberdade	555
5.6.	Representação, Ação socioeducativa e Remissão.....	557
5.7.	Lei nº 12.594/2012 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo)	559
	Sinase	559
	Execução de medida socioeducativa.....	561
6.	Conselhos Tutelares; Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente; estrutura; atribuições; processo de escolha; impedimentos; competência.....	562
6.1.	Conselhos Tutelares	562
6.1.1.	Definição	562
6.1.2.	Conselho Tutelar e lei municipal	563
6.1.3.	Condições de elegibilidade e mandato do conselheiro	563
6.1.4.	Outros direitos dos conselheiros.....	563
6.1.5.	Das demais atribuições dos Conselhos	564
6.2.	Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente.....	564
6.2.1.	Conceito	564
6.2.2.	Das atribuições dos Conselhos de Direitos	565
6.2.3.	Dos princípios regedores dos Conselhos de Direitos	565
6.2.4.	Do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	565
6.2.5.	Dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.....	566
6.2.6.	Do fundo dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente	566
7.	Crimes e infrações administrativas contra a criança e o adolescente: Código Penal, Estatuto e Legislação especial; aspectos constitucionais e legais	567
7.1.	Infrações administrativas	567
7.2.	Crimes tipificados no ECA.....	567
■ DIREITO ADMINISTRATIVO	569	
<i>Tiago Bockie e Marco Aurélio Prata</i>		
ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA PROCESSUAL.....	571	
TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA ADMINISTRATIVA E OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	573	
1. PRINCÍPIOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO	573	
1.1. Considerações gerais	574	
1.2. Pedras de toque.....	575	

1.3.	Princípios constitucionais explícitos	576
1.3.1.	Princípio da legalidade	576
1.3.2.	Princípio da imparcialidade	577
1.3.3.	Princípio da moralidade	577
1.3.4.	Princípio da publicidade	578
1.3.5.	Princípio da eficiência	579
1.4.	Princípio constitucionais implícitos	579
1.4.1.	Princípio da finalidade	579
2.	ATOS ADMINISTRATIVOS	581
2.1.	Conceito e natureza jurídica	582
2.2.	Elementos ou requisitos	582
2.2.1.	Vinculação e discricionariedade.....	585
2.2.2.	Mérito Administrativo	586
2.3.	Atributos	586
2.4.	Classificação.....	587
2.5.	Espécies	588
2.6.	Extinção: anulação e revogação	589
2.7.	Convalidação	591
3.	PODERES ADMINISTRATIVOS.....	591
3.1.	Conceito	592
3.2.	Especies de Poderes Administrativos	592
3.2.1.	Poder Vinculado	592
3.2.2.	Poder Discricionário.....	592
3.2.3.	Poder Hierárquico.....	593
3.2.4.	Poder Disciplinar	593
3.2.5.	Poder de Polícia	594
3.2.6.	Poder Normativo ou Regulamentar.....	595
3.3.	Uso e abuso de poder	596
4.	ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.....	596
4.1.	Administração pública: conceito, sentidos e princípios	596
4.2.	Administração direta, indireta, centralizada e descentralizada	597
4.3.	Autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista	598
4.4.	Outras nomenclaturas.....	601
4.5.	Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação	602
4.6.	Entidades paraestatais	603
5.	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	604
5.1.	Contratos administrativos (conceito e características).....	604
5.2.	Execução do contrato administrativo.....	605
5.3.	Inexecução e rescisão do contrato	607
5.4.	Vigência do contrato administrativo	609
11.5.	Teoria da imprevisão.....	610
6.	LICITAÇÕES	610
6.1.	Conceito, objeto, finalidade e fundamentos constitucionais da licitação.....	610

6.2.	Princípios.....	611
6.3.	Modalidades, procedimentos e destinatários da licitação	612
6.3.1.	Concorrência	612
6.3.2.	Tomada de Preço.....	613
6.3.3.	Convite.....	614
6.3.4.	Concurso.....	615
6.3.5.	Leilão	615
6.3.6.	Pregão (Lei nº 10.520/02).....	615
6.3.7.	Pregão eletrônico (Decreto nº 5.450/2005).....	616
6.4.	Sistema de registro de preços (Decreto nº 7.892/2013).....	617
6.5.	Tipos de Licitação	618
6.6.	Prazos entre a publicação do instrumento convocatório e o dia do evento.....	618
6.7.	Contratação direta: dispensa e inexigibilidade.....	618
6.7.1.	Inexigibilidade de Licitação	619
6.7.2.	Dispensa da Licitação.....	619
6.8.	Revogação e anulação da licitação.....	622
6.9.	Sanções Administrativas e desistência da licitação.....	623
6.10.	Crimes e penas previstos na Lei nº 8.666/93	624
6.11.	Regime diferenciado de contratações públicas (Lei nº 12.462/2011).....	625
7.	PARCERIAS VOLUNTÁRIAS: LEI Nº 13.019/2014	628
8.	PROCESSO ADMINISTRATIVO – LEI Nº 9.784/1999.....	629
8.1.	Conceito doutrinário	629
8.2.	Finalidade da Lei nº 9.784/1999.....	630
8.3.	Princípios e critérios elencados expressamente na legislação	630
8.4.	Direitos dos administrados.....	631
8.5.	Deveres dos administrados	631
8.6.	Do início do processo	631
8.7.	Dos interessados	631
8.8.	Da competência	632
8.9.	Impedimentos e da suspeição	632
8.10.	Comunicação dos atos	632
8.11.	Da instrução	633
8.12.	Do dever de decidir.....	633
8.13.	Da motivação	634
8.14.	Da desistência e outros casos de extinção do processo	634
8.15.	Da anulação, revogação e convalidação	634
8.16.	Do recurso administrativo e da revisão	634
9.	AGENTES PÚBLICOS E ESTUTUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	635
9.1.	Conceito	635
9.2.	Classificação.....	636
9.3.	Concurso público.....	638
9.4.	Estágio probatório	640
9.5.	Efetividade e Estabilidade (ordinária e extraordinária)	640

9.6. Direito de sindicalização e direito de greve do servidor público	641
9.7. Decreto-lei nº 220, de 18 de julho de 1975 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas) e Decreto nº 2479, de 08 de março de 1979 (aprova o regulamento do Estado dos Funcionário Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro)– Considerações gerais.....	641
9.7.1. Nomeação, posse e exercício.....	642
9.7.2. Das licenças (art. 19 do Estatuto)	642
9.7.3. Remuneração e vantagens pecuniárias.....	643
9.7.4. Direito de petição (arts. 199 a 211 do Decreto nº 2479).....	645
9.7.5. Deveres e proibições	645
9.7.6. Acumulação de cargos, empregos e funções.....	647
9.7.7. Responsabilidades (arts. 41 a 45 do Estatuto).....	648
9.7.8. Penalidades (arts. 46 a 57 do Estatuto)	648
9.7.9. Processo administrativo disciplinar	649
10. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA.....	649
10.1. Conceito	649
10.2. Fundamentos	650
10.3. Modalidades	650
10.3.1. Limitação administrativa.....	650
10.3.2. Servidão administrativa.....	651
10.3.4. Requisição administrativa	651
10.3.5. Tombamento.....	651
10.3.6. Desapropriação – Características fundamentais.....	652
11. BENS PÚBLICOS.....	655
11.1. Conceito e regime jurídico	655
11.2. Classificação, utilização e administração.....	656
11.2.1. Quanto à titularidade.....	656
11.2.2. Quanto à disponibilidade	656
11.2.3. Quanto à destinação	656
11.3. Afetação, desafetação, aquisição e alienação.....	657
11.4. Características	657
11.5. Uso dos bens públicos por particulares (utilização).....	658
11.6. Espécies	659
12. SERVIÇOS PÚBLICOS.....	660
12.1. Conceito	660
12.2. Princípios do serviço público.....	661
12.2.1. Princípio da modicidade	661
12.2.2. Princípio da generalidade/universalidade	661
12.2.3. Princípio da cortesia	661
12.2.4. Princípio da mutabilidade/atualidade	662
12.2.5. Princípio da continuidade do serviço público	662
12.3. Delegação: concessão, permissão e autorização (Lei nº 8.987/1995)	662
12.4. Parceria público privada PPP (Lei nº 11.079/2004)	662
12.5. Extinção da Concessão (Lei nº 8.987/1995)	663

13. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	663
13.1. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado e reparação do dano	663
13.2. Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado (responsabilidade por ato comissivo e omissivo do Estado)	664
13.3. Direito de regresso	665
13.4. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade civil do Estado	665
13.5. Evolução histórica	666
13.6. Responsabilidade do Estado por atos legislativos	666
13.7. Responsabilidade do Estado por atos judiciais	667
13.8. Outras observações importantes acerca do tema que podem ser cobradas na prova	667
14. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – MANDADO DE SEGURANÇA	668
14.1. Conceito	668
14.2. Controle administrativo	668
14.3. Controle Judicial	669
14.4. Controle Legislativo	670
15. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	672
15.1. Fundamento constitucional, fundamento legal, conceito e natureza jurídica	672
15.2. Sujeitos	673
15.3. Atos de improbidade	673
15.4. Sanções	676
15.5. Procedimento	678
15.6. Prescrição	679
16. Lei ANTICORRUPÇÃO – LEI Nº 12.846/2013	679
16.1. Noções gerais	679
16.2. Atos lesivos	680
16.3. Da responsabilização administrativa	680
16.4. Acordo de leniência	681
16.5. Da responsabilização judicial	681
■ DIREITO CONSTITUCIONAL	685
<i>Paulo Lépore</i>	
1. Direito Constitucional: Constituição: conceito, objeto e classificações; supremacia da Constituição; aplicabilidade, vigência e eficácia das normas constitucionais; interpretação constitucional	689
2. Princípios fundamentais	702
3. Ações Constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança; mandado de injunção; ação popular; ação civil pública	704
4. Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade; arguição de descumprimento de preceito fundamental; súmula vinculante; repercussão geral	712
5. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos	726

6. Organização político-administrativa: competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios	749
7. Administração Pública: disposições gerais; servidores públicos	760
8. Organização dos Poderes. Poder Executivo: atribuições e responsabilidades do Presidente da República. Poder Legislativo: órgãos e atribuições; processo legislativo; fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Poder Judiciário: disposições gerais; Supremo Tribunal Federal; Conselho Nacional de Justiça; Superior Tribunal de Justiça; Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; Tribunais e Juízes do Trabalho; Conselho Superior da Justiça do Trabalho	766
9. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público; Advocacia Pública; Advocacia; Defensoria Pública.....	779
10. Ordem Econômica e Financeira: princípios gerais da atividade econômica	786

■ DIREITO CIVIL 787*Plínio Moura***I – EDITAL SISTEMATIZADO – DIREITO CIVIL – MPRJ – EDITAL 001/2019 (12.09.19) – FGV.. 789****II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO 791**

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....	791
1.1. A Relação Jurídica e os Direitos Subjetivos. Eficácia, limitações e proteção	791
1.2. As Fontes do Direito e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	792
1.3. Norma Jurídica. Estrutura, características e classificação das normas.....	793
1.4. Aplicação no tempo, interpretação e integração das leis	794
1.4.1. Aplicação da Lei no Tempo	795
1.4.2. Interpretação da Lei.....	796
1.4.3. Integração da Lei.....	797
1.5. Eficácia da lei no tempo.....	799
1.5.1. Retroatividade e Segurança Jurídica	799
1.5.2. Ultratividade das Leis	801
1.5.3. Antinomias ou Conflito Aparente de Normas ou Lacunas de Colisão.....	801
1.6. Eficácia das leis no espaço	802
1.7. Novas regras da LINDB sobre a Segurança Jurídica – Lei 13.655, de 25.04.18.....	802
1.7.1. Consequencialismo.....	802
1.7.2. Proporcionalidade e Razoabilidade na sanção dos agentes por atos administrativos de gestão	804
1.7.3. Modulação de efeitos temporais e regras de transição.....	806
1.7.4. Celebração de termos de compromisso.....	806
1.7.5. Responsabilidade Administrativa dos Agentes Públicos por Decisões de Gestão e Opiniões Técnicas.....	807
1.7.6. Consultas Públicas e Orientações vinculantes	808
1.7.7. Vigência da Lei n. 13.655/18	808
1.8. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema:	809

CAPÍTULO 2. PESSOA FÍSICA.....	809
2.1. Conceito e distinções: Personalidade Jurídica x Capacidade Jurídica.....	809
2.2. Capacidade, legitimação e estado. Incapacidade absoluta e relativa. Alterações promovidas pela Lei n. 13.146/15, o Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	810
2.3. Direitos da personalidade.....	813
2.3.1. Características e Tutela Judicial dos Direitos da Personalidade	813
2.3.2. Proteção à integridade física	814
2.3.3. Proteção ao Nome	814
2.3.4. Proteção à honra, imagem, privacidade e intimidade	815
2.4. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.....	815
CAPÍTULO 3. PESSOAS JURÍDICAS.....	816
3.1. Disposições Gerais.....	816
3.2. Direitos da Personalidade	816
3.3. Capacidade e Representação da Pessoa Jurídica. Responsabilidade da Pessoa Jurídica e dos Sócios	817
3.4. Desconsideração da Personalidade Jurídica da Pessoa Jurídica.....	817
3.5. Extinção da Personalidade Jurídica da Pessoa Jurídica.....	819
3.6. Classificação das Pessoas Jurídicas. Associações e Fundações	819
3.6.1. Associações.....	820
3.6.2. Fundações	820
3.7. A Empresa e o Estabelecimento Comercial	821
3.8. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.....	822
CAPÍTULO 4. DOMICÍLIO	823
4.1. Domicílio Civil da Pessoa Natural.....	824
4.2. Domicílio Civil da Pessoa Jurídica	825
CAPÍTULO 5. BENS.....	825
5.1. Das Diferentes Classes de Bens	826
5.2. Bem de família	829
5.3. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema	831
CAPÍTULO 6. TEORIA GERAL DO FATO JURÍDICO	831
6.1. Teoria Geral do Fato Jurídico. Atos Jurídicos Lícitos e Ilícitos.....	831
6.2. Negócio Jurídico.....	832
6.2.1. Disposições Gerais. Reserva Mental.....	832
6.2.2. Elementos. Existência, validade e eficácia. Condição, termo e encargo	833
6.2.3. O Plano da Validade do Negócio Jurídico. Equilíbrio econômico, onerosidade e revisão contratual. Representação. Nulidade e Anulabilidade.....	835
6.3. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema	841
CAPÍTULO 7. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	841
7.1. Distinções	841
7.2. Hipóteses de Suspensão	842
7.3. Hipóteses de Interrupção.....	842
7.4. Prazos prescricionais.....	843
7.5. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema	844

CAPÍTULO 8. OBRIGAÇÕES	845
8.1. Obrigações: conceito, natureza jurídica, estrutura, características, elementos e fontes das obrigações	846
8.2. Classificação	847
8.2.1. Classificação Geral	847
8.2.2. Classificações Especiais	848
8.3. Adimplemento e Extinção das Obrigações	852
8.3.1. Teoria Geral do Pagamento	852
8.3.2. Regras Especiais de Extinção	853
8.4. Pagamento indevido e Enriquecimento sem causa	854
8.4.1. Pagamento Indevido	854
8.4.2. Enriquecimento sem causa	855
8.5. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema	856
CAPÍTULO 9. CONTRATOS	857
9.1. Contratos. Disposições Gerais	857
9.2. Formação dos Contratos	859
9.3. Garantias Legais: Evicção e Vícios redibitórios	859
9.3.1. Proteção do Adquirente em face de Vícios Redibitórios	860
9.3.2. Proteção do Adquirente em face de Evicção	861
9.4. Extinção dos contratos e Teoria da Imprevisão	861
9.4.1. Extinção Normal	861
9.4.2. Extinção Anormal	861
9.5. Espécies de contratos regulados no Código Civil	864
9.5.1. Compra e Venda	864
9.5.2. Doação	865
9.5.3. Locação de Coisas	866
9.5.4. Empréstimo	867
9.5.5. Mandato	868
9.5.6. Transporte	869
9.5.7. Seguro	869
9.6. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema	870
CAPÍTULO 10. RESPONSABILIDADE CIVIL	870
10.1. Teoria Geral do Ato Ilícito e a Responsabilidade Civil	870
10.2. Elementos da Responsabilidade Civil	871
10.2.1. Conduta Humana	871
10.2.2. Nexo de causalidade	871
10.2.3. Dano	871
10.2.4. Culpa	872
10.3. Excludentes da Responsabilidade Civil	872
10.4. Transmissibilidade da Responsabilidade Civil	873
10.5. Modalidades de Responsabilidade Civil e Reparação. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Responsabilidade subjetiva e objetiva	873
10.5.1. Responsabilidade Contratual x Aquiliana	873
10.5.2. Responsabilidade Objetiva x Subjetiva	874

10.5.3. Responsabilidade Civil na Obrigação de Meio e de Resultado	874
10.5.4. Responsabilidade Solidária x Subsidiária	874
10.6. Reparação Civil: Restituição Integral e Exceções	874
10.7. Responsabilidade Civil do Incapaz	875
10.8. Responsabilidade Civil Por Fato de Outrem, por Fato de Terceiro, Indireta ou Complexa (arts. 932-934, do CC)	875
10.9. Responsabilidade Civil por Fato da Coisa	877
10.10. Responsabilidade Civil por Cobrança Judicial de Dívidas	877
10.11. Responsabilidade Civil por Crime	878
10.12. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema	878
CAPÍTULO 11. DIREITO DAS COISAS.....	882
11.1. Posse	882
11.1.1. Conceito	882
11.1.2. Classificação, composse e desdobramento da posse	883
11.1.3. Modos de aquisição e perda da posse	885
11.1.4. Efeitos	885
11.2. Estatuto da Terra	886
11.3. Parcelamento do Solo	888
11.4. Usucapião	890
11.5. Registros Públicos. Finalidade. Efeitos do registro público	892
CAPÍTULO 12. DIREITO DE FAMÍLIA	893
12.1. Casamento	894
12.1.1. Formalidades Preliminares e Requisitos/Pressupostos Matrimoniais. Procedimento de Habilitação e Celebração	895
12.1.2. Espécies de casamento a partir das formas de celebração e provas do matrimônio	895
12.1.3. Casamento inexistente, nulo, anulável e irregular. Impedimentos Matrimoniais	896
12.1.4. Dissolução do casamento: Divórcio: conceito e natureza jurídica. Formas de divórcio. Separação judicial. Separação de fato. Efeitos	898
12.2. Alimentos	900
12.3. União Estável	901
12.4. Relações de parentesco: conceito. Espécies. Linhas e graus. Efeitos legais	902
12.5. Filiação: filiação nas relações matrimoniais. Filiação nas relações extramatrimoniais. Investigação de paternidade	904
12.6. Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada	905
CAPÍTULO 13. DIREITO SUCESSÓRIO	907
13.1. Aceitação e Renúncia da Herança	907
13.2. Herança Jacente	908
13.3. Sucessão Testamentária	908
13.3.1. Disposições Gerais	909
13.3.2. Espécies de Testamentos, Codicilos e Legados	909
13.3.3. Cláusulas Restritivas, Substituições e Fideicomisso	910
CAPÍTULO 14. FAMÍLIA SUBSTITUTA	911
CAPÍTULO 15. ESTATUTO DO IDOSO	918

CAPÍTULO 16. DIREITO DO CONSUMIDOR.....	920
16.1. Disposições Gerais: a Relação de Consumo	920
16.2. Princípios de regência, interpretação e ônus da prova.....	922
16.3. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos.....	924
16.4. Desconsideração da personalidade jurídica	924
16.5. Práticas comerciais	925
16.5. Proteção contratual.....	926
Referências Bibliográficas:.....	929
■ DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	931
<i>Luciano Alves Rossato</i>	
Direito Processual Civil	933
1. Das Normas Fundamentais do Processo Civil. Princípios gerais do processo civil. Lei processual civil. Eficácia. Aplicação. Interpretação. Direito Processual Intertemporal. Critérios	934
1.1. Classificação dos Princípios Processuais: princípios informativos e fundamentais	935
1.2. O Princípio do Devido Processo Legal como Princípio Nuclear	935
1.3. Regra Jurídica da Iniciativa da Parte e do Impulso Oficial.....	936
1.3.1. A Exigência de Iniciativa da Parte	936
1.3.2. Impulso Oficial.....	936
1.4. Princípio do Acesso à Justiça ou Inafastabilidade do Controle Jurisdicional	937
1.4.1. O sentido do Princípio do Acesso à Justiça	937
1.4.2. O Acesso à Justiça Quantitativo e Qualitativo.....	937
1.5. Princípio da Primazia do Julgamento de Mérito	938
1.6. Princípio da Duração Razoável do Processo.....	938
1.7. Princípio da boa-fé processual	938
1.8. Princípio da Cooperação Processual	939
1.9. Princípio da Isonomia.....	940
1.10. Princípio da publicidade dos atos processuais	940
1.11. Princípio do Contraditório Dinâmico.....	941
1.12. Princípio da Fundamentação Analítica	941
1.13. Atendimento Preferencial da Ordem Cronológica	941
1.14. Princípio da Autonomia de Vontade das Partes e do Dispositivo em Sentido Processual	942
1.15. Princípios Regentes da Aplicação do Ordenamento Jurídico.....	943
1.16. Garantias Constitucionais do Processo	943
2. Lei processual civil. Eficácia. Aplicação. Interpretação. Direito Processual Intertemporal. Critérios.....	943
2.1 Definição de Lei Processual Civil	943
2.2 Interpretação da norma processual	944
2.3 Norma processual no tempo e no espaço	944
2.4 Direito Processual Intertemporal. Critérios.....	944

3.	Jurisdição. Conceito. Característica. Natureza jurídica. Princípios. Limites. Competência. Critérios determinadores. Competência originária dos Tribunais Superiores. Competência absoluta e relativa. Modificações. Meios de declaração de incompetência. Conflitos de competência e de atribuições	945
3.1.	Elementos Conceituais.....	945
3.2.	Características	945
3.3.	Natureza Jurídica.....	946
3.4.	Princípios.....	946
3.5.	Organização judiciária.....	946
3.6.	Distinção em relação às demais funções do Estado.....	946
3.7.	Jurisdição estatal e arbitral.....	947
3.8.	Poderes do juiz e do árbitro	948
3.9.	Impedimento e suspeição	948
3.10.	Competência	949
3.10.1.	Critérios de determinação e de modificação.....	949
3.10.2.	Critérios de modificação	951
3.10.3.	Incompetência absoluta e relativa	951
3.10.4.	Competência originária dos Tribunais Superiores	951
3.10.5.	Conflito de competência.....	952
3.10.6.	Cooperação internacional	953
4.	Direito de ação. Elementos. Condições. Classificação e critérios identificadores. Concurso e cumulação de ações. Conexão e continência	954
4.1.	Conceito e Natureza.....	954
4.2.	Condições da Ação	954
4.3.	Elementos da Ação	956
4.4.	Cumulação de Ações	956
4.5.	Conexão e continência.....	956
5.	Processo: Noções gerais. Relação Jurídica Processual. Pressupostos Processuais. Processo e procedimento. Espécies de processos e de procedimentos. Objeto do processo. Mérito. Questão principal, questões preliminares e prejudiciais.	957
5.1.	Conceito e natureza	957
5.2.	Espécies	958
5.3.	Pressupostos Processuais.....	958
5.4.	Procedimento e Relação Jurídica Processual	959
5.5.	Objeto do processo.....	960
5.6.	Mérito	960
5.7.	Questão principal, questões preliminares e prejudiciais.....	960
6.	Sujeitos Processuais. Juiz. Mediadores e Conciliadores. Princípios. Poderes. Deveres. Responsabilidades. Impedimentos e Suspeição. Organização judiciária federal e estadual. Auxiliares da Justiça.	960
6.1.	Juiz.....	960
6.1.1.	Incumbências do juiz	960
6.1.2.	Proibição do non liquet.....	961
6.1.3.	Decisão por equidade	961

6.1.4.	Processo utilizado para a prática de ato simulado ou para fim vedado pela lei	961
6.1.5.	Responsabilidade civil do juiz	961
6.2.	Conciliadores e mediadores.....	962
6.3.	Organização judiciária federal e estadual.....	962
6.4.	Auxiliares da Justiça	962
7.	Sujeitos Processuais. Partes e Procuradores. Capacidade e Legitimação. Representação e Substituição Processual. Litisconsórcio. Da Intervenção de Terceiros. Da Assistência. Da Denunciação da Lide. Do Chamamento ao Processo. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Do Amicus Curiae	964
7.1.	Conceitos	964
7.2.	Regularização do víncio	965
7.3.	Curatela especial	965
7.4.	Representação de pessoas jurídicas e de entes despersonalizados.....	965
7.5.	Litisconsórcio.....	966
7.6.	Da Intervenção de Terceiros: considerações gerais	968
7.7.	Da assistência	969
7.7.1.	Definição.....	969
7.7.2.	Modalidades de assistência	969
7.7.3.	Procedimento de ingresso do assistente	970
7.7.4.	Requerimento de assistência formulado pela União.....	970
7.8.	Da denunciação da lide	970
7.8.1.	Definição.....	970
7.8.2.	A provocação da denunciação da lide.....	971
7.8.3.	Cabimento da Denunciação da Lide	971
7.8.4.	Cumprimento da obrigação de pagar exigido diretamente pelo autor em face do denunciado	972
7.8.5.	Vedações da Denunciação da Lide no Código de Defesa do Consumidor ligada à indenização por fato do produto	972
7.9.	Do chamamento ao processo	973
7.9.1.	Definição.....	973
7.9.2.	Da Admissibilidade do Chamamento ao Processo.....	973
7.9.3.	Da Sentença de Procedência.....	974
7.9.4.	Chamamento ao processo e o Código de Defesa do Consumidor.....	974
7.10.	Amicus Curiae	974
7.10.1.	Definição.....	974
7.10.2.	Limitação à Legitimação Recursal do Amicus Curiae	974
7.11.	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	974
7.11.1.	Definição.....	974
7.11.2.	Desconsideração Requerida na Própria Inicial.....	975
7.11.3.	Legitimidade para requerer a instauração do incidente	975
7.11.4.	Admissibilidade do Incidente	975
7.11.5.	Procedimento.....	975
8.	Advogado. Ministério Público. Auxiliares da Justiça. A Advocacia Pública. Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo	976

8.1.	Exigência da Presença de Advogado	976
8.2.	Dispensa do Patrocínio por Advogado	976
8.3.	Dispensa de apresentação da procuração pelo advogado	976
8.4.	Revogação de Mandato.....	977
8.5.	Renúncia ao mandato	977
8.6.	Advocacia Pública.....	977
8.7.	Ministério Público	977
8.7.1.	Hipóteses de atuação.....	977
8.7.2.	Atuação como Fiscal da Ordem Jurídica	978
8.7.3.	Responsabilidade civil	978
8.8.	Advocacia Pública.....	978
8.9.	Prerrogativas da Fazenda Pública em Juízo.....	978
8.9.1.	Expressão Poder Público em Juízo	978
8.9.2.	Prazo Diferenciado	978
9.	Atos processuais. Forma. Tempo. Lugar. Prazos. Comunicações. Nulidades. Da citação, da intimação e das cartas	981
9.1.	Definição	981
9.2.	Forma, Tempo e Lugar.....	981
9.2.1.	Forma	981
9.2.2.	Do Tempo dos Atos Processuais.....	982
9.2.3.	Lugar.....	982
9.3.	Dos Prazos Processuais	982
9.4.	Regime de Invalidades Processuais.....	984
9.5.	Preclusões	984
9.6.	Comunicação dos Atos Processuais	985
9.7.	Negócios processuais típicos e atípicos.....	986
9.8.	Calendário Processual	987
10.	Procedimento Comum	987
10.1.	Considerações iniciais	987
10.2.	Petição inicial.....	988
10.3.	Da Improcedência Liminar do Pedido.....	990
10.4.	Audiência de Conciliação e Mediação.....	990
10.5.	Defesa do réu.....	991
10.6.	Contestação e reconvenção	991
10.6.1.	Contestação	991
10.6.2.	Da Reconvenção	994
10.7.	Prescrição	995
10.8.	Revelia.....	996
10.9.	Formação, suspensão e extinção do processo	997
10.9.1.	Princípio da Ação ou da Inéria da Jurisdição	997
10.9.2.	A Propositura da Ação.....	997
10.9.3.	Efeitos da Propositura para o Réu: somente a partir da citação válida	998
10.9.4.	Protocolo da Inicial x Registro e Distribuição (diferenças para a fixação do juízo prevento).....	998

10.9.5. Da Suspensão do Processo.....	998
10.9.6. Extinção do Processo.....	1003
10.10. Providências Preliminares	1003
10.11. Julgamento conforme o estado do processo	1004
10.12. Audiência de saneamento e organização do processo	1005
10.13. Provas	1006
10.13.1. Objeto, fonte e meios.....	1006
10.13.2. Prova atípica e prova ilícita.....	1006
10.13.3. Ônus da prova.....	1006
10.13.4 Antecipação da prova	1007
10.13.5. Provas em espécie e sua produção	1007
11. Tutela Provisória	1010
11.1. Considerações gerais.....	1010
11.2. Da Tutela de Urgência	1011
11.3. A Tutela Antecipada Requerida de Forma Antecedente	1013
11.4. Da Tutela Cautelar e Poder Geral de Cautela	1013
11.5. Tutela Cautelar Antecedente	1014
11.6. Tutela da Evidência.....	1015
11.7. Estabilização da tutela antecipada	1016
11.8. Protesto, notificação e interpelação. Arresto. Sequestro. Caução. Busca e Apreensão. Exibição. Justificação.....	1016
12. Sentença. Conceito. Classificações. Requisitos. Efeitos. Publicação, intimação, correção e integração da sentença. Da coisa julgada.....	1016
12.1. Conceito	1017
12.2. Classificações.....	1018
12.3. Elementos e requisitos	1019
12.4. Efeitos.....	1019
12.5. Publicação, intimação, correção e integração da sentença.....	1020
12.6. Vícios das sentenças.....	1020
12.7. Coisa julgada formal e material	1021
12.8. Limites subjetivos, objetivos e cronológicos.	1021
12.9. Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	1022
12.10. Coisa julgada e resolução de questão prejudicial.....	1023
13. Liquidação de sentença. Remessa Necessária. Cumprimento de sentença e sua impugnação	1023
13.1. Liquidação	1023
13.2. Remessa Necessária	1028
13.3. Cumprimento de sentença e impugnação	1028
13.3.1. Princípio do dispositivo para o cumprimento de sentença relativo à obrigação de pagar	1028
13.3.2. Intimação do Devedor	1029
13.3.3. Legitimados no cumprimento de sentença.....	1030
13.3.4. Pressupostos. Títulos Executivos Judiciais	1030
13.3.5. Competência para a fase de cumprimento de sentença	1031

13.3.6.	Admissibilidade do protesto	1031
13.3.7.	Alegação de questões pertinentes à validade do procedimento de cumprimento de sentença e dos atos executivos subsequentes	1031
13.4.	Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	1032
13.5.	Cumprimento de sentença enquanto fase do cumprimento de sentença	1033
13.6.	Cumprimento para obrigação de fazer, não fazer e dar coisa certa	1035
13.7.	Impugnação ao cumprimento de sentença.....	1035
13.7.1.	Aplicabilidade da Impugnação.....	1035
13.7.2.	Natureza jurídica	1035
13.7.3.	Prazo para Oferecimento	1036
13.7.4.	Dispensa da Prévia Garantia	1036
13.7.5.	Matérias que podem ser alegadas na impugnação	1036
13.7.6.	A Alegação de inexigibilidade diante da coisa julgada constitucional....	1037
13.7.7.	Efeito suspensivo	1037
13.8.	Execução civil de sentença penal.....	1038
13.9.	Execução de alimentos	1038
14.	Incidentes de Arguição de Inconstitucionalidade, de Assunção de Competência e de Resolução de Demandas Repetitivas. Ação Rescisória.....	1041
14.1	Incidente de arguição de inconstitucionalidade	1041
14.2.	Incidente de assunção de competência	1043
14.3.	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	1044
14.4.	Ação rescisória	1046
14.4.1.	Conceito	1046
14.4.2.	Objeto da Ação Rescisória	1046
14.4.3.	Competência para Julgamento	1048
14.4.4.	Ajuizamento da Ação Perante Tribunal Incompetente	1049
14.4.5.	Requisitos de admissibilidade da ação rescisória	1050
14.4.6.	Hipóteses indicadas no art. 966 CPC	1052
14.4.7.	Legitimidade para a propositura da ação rescisória	1053
14.4.8.	Polo Passivo	1053
14.4.9.	Não impedimento à execução.....	1053
14.4.10.	Indeferimento da petição inicial	1053
14.4.11.	Improcedência Liminar do Pedido	1053
14.4.12.	Resposta do réu.....	1054
14.4.13.	Prescrição intercorrente	1054
15.	Meios de impugnação à sentença. Ação rescisória. Recursos. Disposições Gerais. Apelação. Agravos. Embargos de Declaração. Embargos de Divergência. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Recursos nos Tribunais Superiores. Reclamação e correição. Repercussão geral. Súmula vinculante. Recursos repetitivos.....	1054
15.1.	Ações autônomas de impugnação.....	1054
15.2.	Disposições gerais sobre os recursos.....	1054
15.2.1.	Princípios gerais	1054
15.2.2	Efeitos.....	1057

15.3.	Recursos em espécie.....	1058
15.3.1.	Apelação	1058
15.3.2.	Agravo de instrumento.....	1059
15.3.3.	Embargos de declaração.....	1060
15.3.4.	Recursos extraordinário e especial.....	1061
15.3.5.	Embargos de divergência	1063
15.3.6.	Agravo interno	1063
15.3.7.	Julgamento estendido em caso de divergência.....	1064
15.3.8.	Recurso Ordinário.....	1065
15.3.9.	Reclamação e correição.....	1065
15.3.10.	Repercussão geral	1066
15.3.11.	Súmula vinculante.....	1066
15.3.12.	Recursos Repetitivos.....	1067
16.	Processo de Execução e EXECUÇÃO FORÇADA. Princípios gerais. Espécies. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de obrigação de fazer e de não fazer. Execução por quantia certa. Embargos do devedor. Embargos de Terceiros. Exceção de pré-executividade. Remição. Suspensão e extinção do processo de execução	1067
16.1.	Procedimento.....	1067
16.2.	Penhora e avaliação	1068
16.3.	Expropriação.....	1069
16.4.	Satisfação do credor.....	1071
16.5.	Embargos à Execução	1071
16.6.	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	1073
16.6.1.	Cumprimento Provisório de Sentença contra a Fazenda Pública	1073
16.6.2.	O Oferecimento de Impugnação ao Cumprimento de Sentença	1074
16.6.3.	Procedimento.....	1075
16.6.4.	Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa pela Fazenda Pública.....	1075
16.6.5.	Do Não Oferecimento da Impugnação e os Honorários Advocatícios Devidos na Execução.....	1076
16.6.6.	Natureza da Impugnação Ao Cumprimento de Sentença.....	1077
16.6.7.	Matérias Alegáveis na Impugnação	1077
16.6.8.	A Impugnação Parcial e o Cumprimento de Sentença	1079
16.6.9.	Efeito da Impugnação.....	1079
16.6.10.	Pronunciamento que Decide a Impugnação	1079
16.7.	Execução Fiscal	1079
17.	Procedimentos Especiais. Generalidades. Características. Espécies. Ação de Consignação em Pagamento. Ação Monitória. Ação de Exigir Contas. Ações Possessórias. Restauração de autos	1087
17.1.	Considerações iniciais	1087
17.2.	Ação de consignação em pagamento.....	1087
17.2.1.	Finalidade do Procedimento	1087
17.2.2.	Interrupção da Prescrição	1087
17.2.3.	Consignação Extrajudicial	1087

17.2.4.	Legitimidade	1088
17.2.5.	Competência Territorial	1088
17.2.6.	Efeitos da Consignação.....	1088
17.2.7.	Depósito das Prestações Sucessivas	1088
17.2.8.	Petição Inicial: requisitos intrínsecos.....	1089
17.2.9.	Consignação de coisa indeterminada.....	1089
17.2.10.	Contestação	1089
17.2.11.	Reconvenção em Consignatária de Alugueres.....	1090
17.2.12.	Litisconsórcio Passivo Alternativo	1090
17.2.13.	Consignatária de Aluguel e Férias Forenses	1091
17.3.	Ação de exigir contas.....	1091
17.3.1.	Fim da Ação de Prestar Contas	1091
17.3.2.	Procedimento da Ação de Exigir Contas	1092
17.3.3.	Contas do Inventariante, Tutor, Curador, Depositário e de Qualquer Outro Administrador	1092
17.4.	Das Ações Possessórias	1092
17.4.1.	A Fungibilidade das Ações Possessórias	1092
17.4.2.	Espécies de Ações Possessórias.....	1092
17.4.3.	Ações Possessórias e Invasões Coletivas	1093
17.4.4.	Pedidos na Ação Possessória	1093
17.4.5.	Contestação	1093
17.4.6.	Inviabilidade de Ajuizamento de Ação Petitória Durante o Curso de Ação Possessória	1093
17.4.7.	Procedimento da Ação Possessória: posse nova	1093
17.4.8.	Exigência de Caução.....	1094
17.4.9.	Posse com força nova e os requisitos da tutela possessória	1094
17.4.10.	Contradictório Prévio e as Liminares contra as Pessoas Jurídicas de Direito Público	1094
17.4.11.	Citação do Requerido e Prazo para Resposta.....	1094
17.4.12.	Posse Velha e Litígio Coletivo	1095
17.4.13.	Ocupação Indevida de Bem Público.....	1095
17.4.14.	Exercício do Direito de Retenção	1095
17.5.	Restauração de Autos.....	1095
17.5.1.	Os Autos Físicos e Eletrônicos	1095
17.5.2.	A Inutilização Autorizada de Autos	1096
17.5.3.	O desaparecimento dos autos	1096
17.5.4.	Procedimento de restauração	1096
17.6.	Ação Monitória.....	1097
17.6.1.	Finalidade da ação.....	1097
17.6.2.	Distinções em relação ao CPC de 1973	1098
17.6.3.	Ação monitória para cobrança de dinheiro	1098
17.6.4.	Admissibilidade da ação monitória em face da Fazenda Pública	1098
17.6.5.	Citação do réu.....	1098
17.6.6.	Embargos à ação monitória	1099

17.7. Inventário e partilha.....	1099
17.8. Embargos de Terceiro	1101
17.8.1. Natureza jurídica	1101
17.8.2. Legitimidade Ativa	1101
17.8.3. Momento para o oferecimento dos embargos.....	1101
17.8.4. Competência	1102
17.8.5. Petição inicial.....	1102
17.8.6. Polo passivo	1102
17.8.7. Tutela Provisória.....	1103
17.8.8. Sentença	1103
17.9. Da interdição	1103
17.10. Disposições Comuns à Tutela e à Curatela.....	1104
17.11. Herança Jacente	1104
18. Ação Popular. Ação Civil Pública. Aspectos processuais. Mandado de Segurança Individual e Coletivo.....	1105
18.1. Ação Popular.....	1105
18.2. Ação civil Pública.....	1108
18.2.1. Do Direito Processual Coletivo.....	1108
18.2. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	1108
18.2.1. Direitos essencialmente e accidentalmente coletivos	1108
18.2.2. Denominação.....	1108
18.2.3. Dos entes legitimados	1109
18.2.4. Coisa julgada	1109
18.2.5 Execução e cumprimento de sentença.....	1109
18.2.6 Aspectos Processuais.....	1110
18.2.7 Inquérito Civil	1110
18.2.8 Termo de ajustamento de conduta.....	1112
18.2.9 Conflitos de atribuição.....	1112
18.2.10. Execução coletiva	1112
18.3. Mandado de segurança	1112
18.4. Mandado de injunção	1114
18.5. Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa.....	1115
19. Lei do Processo Judicial Eletrônico.....	1120
19.1. Definições.....	1120
19.2. Realização do ato processual	1120
19.3. Publicação e Intimação Eletrônicas.....	1120
19.4. Intimação por meio de consulta ao portal próprio.....	1121
19.5. Processo Eletrônico e Resolução TJ/OE 16/2009.	1121
19.6. Da Prática Eletrônica de Atos Processuais (art. 193 e seguintes do CPC/2015).....	1123
20. Aspectos processuais do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03) e Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15).....	1123
20.1. Aspectos processuais do Estatuto da Criança e do Adolescente	1123
20.1. Aspectos processuais do Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	1127
20.2. Aspectos processuais do Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	1128

■ DIREITO PENAL 1131*Danilo da Cunha Sousa*

1.	CONCEITO De DIREITO PENAL.....	1135
2.	Princípios penais e constitucionais.....	1135
3.	FONTES DO DIREITO PENAL	1136
4.	Interpretação e integração da lei penal	1136
4.1.	Analogia	1137
5.	Normal penal. Classificação e espécie das infrações penais. Concurso aparente de normas	1137
5.1.	Conflito aparente de normas penais.....	1138
6.	Aplicação da lei penal.....	1139
6.1.	A lei penal no tempo e no espaço	1139
6.2.	Tempo e lugar do crime.....	1140
6.3.	Lei penal excepcional, especial e temporária	1140
6.4.	Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.....	1140
6.5.	Pena cumprida no estrangeiro.....	1141
6.6.	Eficácia da sentença estrangeira	1141
6.7.	Contagem de prazo.....	1141
6.8.	Frações não computáveis da pena	1142
6.9.	Irretroatividade da lei penal	1142
7.	Teoria do Delito.....	1142
7.1.	Teoria do tipo. O fato típico e seus elementos	1144
7.1.1.	Conduta.....	1144
7.1.2.	Relação de causalidade. Teorias. Imputação objetiva	1146
7.1.3.	Tipicidade	1148
7.2.	ANTIJURICIDADE	1148
7.3.	Culpabilidade	1149
7.4.	Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível.....	1150
8.	Erro	1151
9.	Do concurso de pessoas	1153
10.	Penas.....	1154
11.	Medidas de segurança e Execução das medidas de segurança.....	1159
12.	causas de extintIVAS DE PUNIBILIDADE	1160
13.	Crimes contra a PESSOA	1164
	Homicídio.....	1164
	Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio.....	1167
	Infanticídio.....	1167
	Aborto	1167
	Lesão corporal.....	1168
	Crimes de periclitação da vida e da saúde.....	1169
	Crimes Contra A Honra.....	1170
	Crimes contra a liberdade pessoal	1173

Constrangimento ilegal	1173
Ameaça	1173
Sequestro e cárcere privado.....	1173
Redução à condição análoga a de escravo	1174
14. Dos crimes contra o patrimônio	1176
Furto	1176
Roubo	1178
Extorsão	1180
Extorsão Mediante Sequestro.....	1180
Apropriação indébita.....	1181
Apropriação Previdenciária	1181
Estelionato	1182
Receptação.....	1183
Receptação de animal	1183
Escusas Absolutórias.....	1184
Ação Penal Nos Crimes Contra O Patrimônio	1184
15. Dos crimes contra a dignidade sexual.....	1184
Estupro	1184
Assédio Sexual.....	1185
Estupro De Vulnerável	1185
16.6.1. Novidades trazidas pela Lei nº 13.718/2018.....	1186
16. Dos crimes contra a fé pública	1187
17. Dos crimes contra a Administração Pública	1192
18. Legislação extravagante	1208
18.1. Lei De Abuso de Autoridade.....	1208
18.2. Estatuto da Criança e do Adolescente	1209
18.3. Crimes Hediondos	1213
18.4. Crimes de Licitações (Lei nº 8.666/1993).....	1214
18.5. Lei de Tortura	1216
18.6. Código de trânsito brasileiro	1217
18.7. Lei de Lavagem de Dinheiro	1219
18.8. Estatuto do Desarmamento	1220
18.9. Lei Maria da Penha	1225
18.10. Lei de Drogas	1228
18.11. Lei de Crime Organizado	1230
18.12. Crimes contra a ordem tributária, Econômica e as Relações de Consumo.....	1231
18.13. Código De Defesa do Consumidor	1234
18.14. LEI Nº 10.028/2010 (Crimes contra as Finanças Públicas)	1236
■ DIREITO PROCESSUAL PENAL	1239
<i>Danilo da Cunha Sousa</i>	
Direito Processual Penal	1241
1. Sistemas Processuais Penais.....	1244
2. Princípios constitucionais e processuais penais	1244

3.	Aplicação da lei processual.....	1246
3.1.	Interpretação e integração da norma processual penal.....	1247
3.2.	Imunidades processuais penais.....	1247
4.	Inquérito Policial.....	1249
4.1.	Outras formas de investigação preliminar.....	1251
4.2.	Investigação preliminar conduzida pelo Ministério Público.....	1251
5.	Ação Penal e suas Espécies.....	1252
6.	Jurisdição, competência e atribuição	1256
6.1.	Jurisdição	1256
6.2.	Competência	1257
6.2.1.	Conflito de competência.....	1260
6.3.	Atribuição	1261
6.1.1.	Conflito de atribuição entre Membros do Ministério Público	1261
7.	Questões e processos incidentes	1261
8.	Da prova	1263
9.	Dos sujeitos processuais.....	1268
10.	Da Prisão e demais Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória.	1270
11.	Atos Processuais e Atos Judiciais.....	1274
12.	Atos de comunicação no processo.....	1276
13.	Dos Processos em espécie. Procedimentos do CPP. Procedimentos especiais na legislação extravagante.....	1276
13.1.	Procedimento comum	1277
13.2.	Procedimentos especiais.....	1278
13.3.	Procedimentos na legislação extravagante	1280
14.	Nulidades	1285
15.	Recursos em geral.....	1286
16.	Ações Autonomas de Impugnação	1289
17.	lei de Execução penal	1292
18.	processo eletrônico	1295